

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – MDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PRB
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – RESOLUÇÃO**
- 2 – ATA**
 - 2.1 – Comissão
- 3 – ORDENS DO DIA**
 - 3.1 – Plenário
 - 3.2 – Comissões
- 4 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 4.1 – Comissões
- 5 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 7 – ERRATA**

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 5.522, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

Cria a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, mediante alteração dos arts. 101 e 102 da Resolução nº 5.176, de 6 de novembro de 1997, que contém o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprovou e eu promulgo a seguinte resolução:

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Fica acrescentado ao art. 101 da Resolução nº 5.176, de 6 de novembro de 1997, o seguinte inciso XXII:

“Art. 101 – (...)

XXII – de Defesa dos Direitos da Mulher.”.

Art. 2º – A alínea “c” do inciso V do art. 102 da Resolução nº 5.176, de 1997, passa a vigorar com a redação que segue, ficando acrescentado ao mesmo artigo o seguinte inciso XXII:

“Art. 102 – (...)

V – (...)

c) a defesa dos direitos das etnias e dos grupos sociais minoritários;

(...)

XXII – da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher:

a) a promoção da igualdade entre homens e mulheres e o combate à discriminação de qualquer natureza;

b) o estímulo à ampliação da representação feminina na política;

c) o fomento a políticas públicas, sociais e econômicas pertinentes às mulheres;

d) a promoção da autonomia das mulheres e o combate à violência contra as mulheres e ao feminicídio;

e) a garantia de espaços de visibilidade e discussão de temáticas que impactam a vida das mulheres, em diferentes áreas.”.

Art. 3º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 6 de agosto de 2018; 230º da Inconfidência Mineira e 197º da Independência do Brasil.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário



ATA

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 11/7/2018

Às 14h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fábio Cherem, Anselmo José Domingos e Gustavo Santana, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fábio Cherem, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento das seguintes correspondências, publicadas no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (16/12/2017); e dos Srs. Fabiano Martins Cunha, superintendente da Superintendência Regional do Dnit no Estado de Minas Gerais (2) (21/10/2017); Carlos Henrique Silva Santos, chefe de Assessoria Parlamentar do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (30/12/2017); e Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (2) (23/2/2018). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 4.971 e 5.112/2018, em turno único (Anselmo José Domingos); Projeto de Lei nº 4.947/2018, no 1º turno (Celinho do Sinttrocel); Projetos de Lei nºs 3.913/2016 e 5.035/2018, no 1º turno (Fábio Cherem); Projetos de Lei nºs 4.145 e 4.641/2017, em turno único (Gustavo Santana); e Projeto de Lei nº 4.381/2017, em turno único (Gustavo Valadares). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 3.913/2016 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Fábio Cherem); 4.269/2017 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Fábio Cherem); e 4.520/2017 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Gustavo Santana, em virtude de redistribuição), todos no 1º turno. São convertidos em diligência, a requerimento dos respectivos relatores, os Projetos de Lei nºs 4.941/2018, no 1º turno, à Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Uberlândia; e 5.035/2018, no 1º turno, à Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 4.971/2018 é retirado de pauta pelo presidente por não cumprir pressupostos regimentais. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs nº 4.145, 4.368, 4.381, 4.641, 4.822/2017 e 5.112/2018. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 10.991, 11.057, 11.081, 11.122, 11.124, 11.125, 11.146, 11.147, 11.154 e 11.155/2018. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.179, 4.587 e 4.588/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª

Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.207/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para discutir as obras de manutenção, recuperação e melhoria no pavimento da Rodovia MG-105, no trecho que liga o Município de Novo Oriente a Águas Formosas;

nº 12.208/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de providências para a realização de obras de manutenção, recuperação e melhoria no pavimento da Rodovia MG-105, no trecho que liga o Município de Novo Oriente de Minas a Águas Formosas;

nº 12.209/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para discutir as obras de manutenção, recuperação e melhoria da pista de rolamento da Rodovia MG-418, no trecho que liga o Município de Carlos Chagas ao Distrito de Vila Pereira, pertencente ao Município de Nanuque;

nº 12.210/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de providências para realização de obras de manutenção, recuperação e melhoria da pista de rolamento da Rodovia MG-418, no trecho que liga o Município de Carlos Chagas ao Distrito de Vila Pereira, em Nanuque;

nº 12.272/2018, do deputado Fábio Cherem, em que requer seja encaminhado à Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte – BHTrans – pedido de providências para que a faixa de pedestres da Rua São Claret, no Bairro Silveira, em Belo Horizonte, seja posicionada no local onde estava anteriormente;

nº 12.274/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao Departamento Estadual de Telecomunicações – Detel – pedido de providências para a implantação de sinal de telefonia móvel e internet no Povoado de Rancho Novo, situado no Distrito de Penedia, pertencente ao Município de Caeté;

nº 12.357/2018, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – pedido de providências para a recuperação do trecho que compreende o Km 30 e o Km 31 da BR-460, especialmente na altura em que se verifica profunda depressão no asfalto;

nº 12.482/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao presidente da República pedido de providências para garantir que não haja corte de recursos destinados à duplicação da Rodovia BR-381 e a consequente paralisação das obras, conforme projeto de lei enviado ao Congresso Nacional pela Presidência da República em 22/6/2018;

nº 12.483/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado às deputadas e aos deputados federais e aos senadores por Minas Gerais pedido de providências para garantir que não haja corte de recursos destinados à duplicação da Rodovia BR-381 e a consequente paralisação das obras, conforme projeto de lei enviado ao Congresso Nacional pela Presidência da República em 22/6/2018;

nº 12.484/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil pedido de providências para garantir que não haja corte de recursos destinados à duplicação da Rodovia BR-381 e a consequente paralisação das obras, conforme projeto de lei enviado ao Congresso Nacional pela Presidência da República em 22/6/2018;

nº 12.485/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao deputado federal Fábio Ramalho, coordenador da bancada federal de Minas Gerais, pedido de providências para garantir que não haja corte de recursos destinados à

duplicação da Rodovia BR-381 e a consequente paralisação das obras, conforme projeto de lei enviado ao Congresso Nacional pela Presidência da República em 22/6/2018;

nº 12.486/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado à Presidência da Câmara dos Deputados pedido de providências para garantir que não haja corte de recursos destinados à duplicação da Rodovia BR-381 e a consequente paralisação das obras, conforme projeto de lei enviado ao Congresso Nacional pela Presidência da República em 22/6/2018;

nº 12.487/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado à Presidência do Congresso Nacional pedido de providências para garantir que não haja corte de recursos destinados à duplicação da Rodovia BR-381 e a consequente paralisação das obras, conforme projeto de lei enviado ao Congresso Nacional pela Presidência da República em 22/6/2018;

nº 12.490/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização pedido de providências para garantir que não haja corte de recursos destinados à duplicação da Rodovia BR-381 e a consequente paralisação das obras, conforme projeto de lei enviado ao Congresso Nacional pela Presidência da República em 22/6/2018;

nº 12.492/2018, do deputado Anselmo José Domingos e do deputado Gustavo Santana, em que requerem seja encaminhado ao Sr. Fábio Ramalho, deputado federal, pedido de providências para que a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas desta Casa possa acompanhar a reunião da bancada federal de Minas Gerais com o presidente da República para debater sobre os cortes orçamentários nas obras de duplicação da Rodovia BR-381;

nº 12.493/2018, do deputado Anselmo José Domingos, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Secretaria-Geral Adjunta da Mesa – SGA – e com a Diretoria de Processo Legislativo – DPL – pela elaboração e implementação do Sistema de Informações Legislativas de Minas Gerais – Silegis-MG;

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de agosto de 2018.

Thiago Cota, presidente.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 62ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, 7/8/2018

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)****(Regimental)****3ª Fase**

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 7/8/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.285/2015, do deputado Fred Costa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 5.101/2018, do deputado Sargento Rodrigues.

Requerimentos nºs 11.330 a 11.332/2018, do deputado Bosco, e 11.342 e 11.356/2018, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 7/8/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 5.014/2018, do deputado Rogério Correia.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 7/8/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 7/8/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 4.856/2017, do deputado Adalclever Lopes.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.946/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, 4.971/2018, do deputado Paulo Guedes, e 4.977/2018, do deputado Inácio Franco.

Requerimentos nºs 11.258/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico; 11.292/2018, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, 11.311 a 11.316/2018, da Comissão de Participação Popular, e 11.357 e 11.358/2018, do deputado Duarte Bechir.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 7/8/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 677/2015, do deputado Roberto Andrade.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 11.343/2018, do deputado Braulio Braz.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 7/8/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 7/8/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 7/8/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 8/8/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Agropecuária e Agroindústria**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira, Gustavo Santana e Isauro Calais, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 7/8/2018, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, ouvir a Sra. Sinara Inácio Meireles Chenna, diretora-presidente da Copasa-MG, sobre as ações e investimentos da empresa no Estado, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 2018.

Antonio Carlos Arantes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Visita da Comissão de Agropecuária e Agroindústria**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira, Gustavo Santana e Isauro Calais, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 9/8/2018, às 8h30min, à 10ª Megacana Tech Show, no Município de Campo Florido.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 2018.

Antonio Carlos Arantes, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.946/2018

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do deputado Celinho do Sinttrocel, o projeto de lei em epígrafe visa dar denominação à rodovia LMG 760, no trecho compreendido entre Cava Grande, distrito de Marliéria, e a BR 262, em São José do Goiabal.

A Comissão de Constituição e Justiça baixou a proposição em diligência à Secretaria de Estado Civil e de Relações Institucionais, para que se manifestasse a respeito. Ao examinar o projeto preliminarmente, aquela comissão concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “b” e o art. 102, XII do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.946/2018 tem por escopo dar a denominação de Dom Lélis Lara à Rodovia LMG-760, no trecho compreendido entre Cava Grande, Distrito de Marliéria, e a BR-262, em São José do Goiabal.

A Comissão de Constituição e Justiça baixou a proposição em diligência à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, a fim de que se manifestasse sobre a medida. A secretaria em questão enviou nota técnica da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, constatando que não há óbice à aprovação do projeto mencionado, visto que a denominação será dada por meio do ato normativo apropriado, além de se tratar de homenagem póstuma.

O Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem – DEER-MG – também se manifestou favoravelmente à medida, por meio de ofício, ressaltando que o trecho em questão não tem denominação oficial.

Em seu parecer, a Comissão de Constituição e Justiça propôs a Emenda nº 1 ao projeto, com vistas a identificar devidamente a rodovia, conforme a descrição contida no *site* do DEER-MG.

Dom Lélis Lara, a quem se pretende homenagear com a medida proposta no projeto de lei em análise, prestou relevantes trabalhos religiosos e sociais em vida: foi bispo auxiliar de Itabira, agindo sempre em favor dos direitos humanos; criou a Fundação Comunitária Fabricianense – Funcelfa – e fundou a “Cidade do Menor”, entidade para abrigar crianças e adolescentes sem referências familiares; desenvolveu outras atividades educativas, como lecionar Direito Canônico no Instituto Teológico Cura D’Ars, em Itabira. Além disso, lutou pela requalificação e pavimentação da LMG-760, tendo articulado movimentos populares e sociais em prol dessa causa. Esta comissão, portanto, considera justa e meritória a homenagem e se posiciona favoravelmente à proposição em análise.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.946/2018, em turno único, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 2018.

Gustavo Santana, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.014/2018**Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia****Relatório**

De autoria do deputado Rogério Correia, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Sociedade Mantenedora do Instituto Educacional, com sede no Município de Três Marias.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública a Sociedade Mantenedora do Instituto Educacional, com sede no Município de Três Marias, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a promoção do acesso à educação.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública. Porém, apresentou a Emenda nº 1, que visa adequar o nome da entidade ao previsto no art. 1º de seu estatuto constitutivo

Quanto ao mérito, de acordo com o referido estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, prestar serviços educacionais e assistenciais que visem ao desenvolvimento da comunidade por meio do ensino e da promoção da educação, de formação geral, técnica, e profissional, bem com a difusão cultural para a promoção humana e social.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Sociedade Mantenedora do Instituto Educacional para a educação no município, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.014/2018, em turno único, com a Emenda nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 24 de julho de 2018.

Thiago Cota, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.115/2018**Comissão de Agropecuária e Agroindústria****Relatório**

De autoria do deputado Cristiano Silveira, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação de Apoio à Agricultura Familiar de Porteirinha, com sede no Município de Porteirinha, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Agropecuária e Agroindústria.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.115/2018 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Apoio à Agricultura Familiar de Porteirinha, com sede no Município de Porteirinha.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, organizar a produção e criar mecanismos necessários para facilitar a comercialização justa dos bens gerados pela agricultura familiar; elaborar projetos e estabelecer parcerias, convênios e contratos com governos para que os produtos da agricultura familiar sejam utilizados pelos bancos de alimentos municipais e na preparação da merenda escolar; promover e apoiar a organização de bancos comunitários de sementes e viveiros de mudas; e executar projetos de segurança alimentar e nutricional.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela associação em prol dos produtores rurais da comunidade de Porteirinha, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.115/2018 em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 1 de agosto de 2018.

Gustavo Santana, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.186/2018

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do governador do Estado e encaminhada a esta Assembleia Legislativa por meio da Mensagem nº 365/2018, a proposição de lei em epígrafe visa dar denominação ao Centro Estadual de Educação Continuada, de ensino fundamental e médio, localizado no Município de Nova Serrana.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Ciência e Tecnologia. A primeira delas examinou preliminarmente a matéria e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “b”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende dar a denominação de Centro Estadual de Educação Continuada – Cesec – de Nova Serrana, ao Centro Estadual de Educação Continuada situado na Rua Antônio Ferreira dos Santos, nº 14, Bairro Nogueira, no Município de Nova Serrana.

A proposta resulta de pedido formulado pelo colegiado da escola estadual de ensino fundamental e médio que, após reunião de seus membros, homologou essa indicação, por maioria de votos. A justificativa é que o nome proposto é o de referência da escola, já conhecida por essa denominação.

Com relação ao mérito da matéria, consideramos que a proposição é relevante para a população local, que anseia pela formalização da denominação da escola por meio de nome já legitimado pela comunidade.

Em face do exposto, não encontramos óbices à designação proposta à unidade escolar em comento.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.186/2018 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 24 de julho de 2018.

Thiago Cota, relator.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 2/8/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Alline Sapore Brunelli Terra Fernandes, padrão VL-35, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Carlos Henrique;

exonerando Andreia Almeida de Miranda, padrão VL-43, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Tiago Ulisses;

nomeando João Reinaldo Freitas Rodrigues, padrão VL-22, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Tony Carlos;

nomeando Maria Iza Balduino de Sousa, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Tony Carlos.



ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 3/8/2018, na pág. 8, onde se lê:

“Kelen Aparecida Silva Gonçalves”, leia-se:

“Kelen Aparecida Silva Gonçalves Tomaz”.